



CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Sem medo de sonhar um país mais condizente com nossos valores,
entendemos que sonhar apenas não basta:
é preciso dar os passos concretos para aproximar
a realidade do sonho.
Faremos isso com Geraldo Alckmin.

Convenção Nacional
Belo Horizonte – junho de 06

Introdução

Uma agenda incompleta de mudanças

Um governo de inação e retrocesso

De volta ao futuro: o sonho da democracia com desenvolvimento

Mais crescimento econômico com mais oportunidades

Menos imposto, mais investimento

Um novo Estado desenvolvimentista

Crescer reduzindo as desigualdades regionais

Inovar para se integrar ao mundo

Apoio ao Brasil empreendedor

Meio ambiente: preservação com eficiência e sem burocracia

Reinventar as cidades

Política Externa para uma Integração Soberana

Educação, capacitação para emprego, saúde e inclusão social

Educação para a cidadania e o desenvolvimento

Educação para o mercado

Saúde de qualidade e para todos

Institucionalizar a rede de proteção social

Promover as mulheres e as minorias

O desafio da segurança pública

Enfrentar o crime organizado

Fortalecimento das polícias

Revisão legislativa

Choque de gestão: o Estado eficiente ao lado e a favor do cidadão

Transparência e eficiência

Fazer mais com menos

Sistema eleitoral e democracia

Um Judiciário para assegurar direitos e deveres

Introdução

O PSDB tem enorme responsabilidade histórica. Fomos nós que enfrentamos há doze anos o desafio de acabar com a inflação. Cabe-nos agora acabar com a corrupção. Brasileiros e brasileiras, horrorizados, vimos desfilar acusações gravíssimas, hoje referendadas pelo próprio Procurador Geral da República, de um conluio entre um partido, o PT, com seus aliados e com setores do governo, para desviar recursos públicos e recursos privados provindos de "caixas 2", não só para financiar campanhas eleitorais (prática que o chefe do governo endossou como "normal e geral") mas para comprar apoio ao governo, corrompendo partidos e deputados. Assistimos também a algo tão grave quanto isso: a Câmara, por sua maioria, absolvendo réus confessos denunciados pela própria Comissão de Ética. Corrupção do partido governamental, apoio a essas práticas por setores do governo. Não se via, se é que alguma vez na história se viu, tanta Impunidade, consagrada até pelo voto de parlamentares, eis o dia a dia de nossa política.

Há muito, se é que alguma vez em nossa história, não se via tanta lama junta, tanta desfaçatez, até por parte do Presidente da República, e tanta impunidade. Não estranha que o povo oscile entre a indignação e a indiferença. Indiferença que é mais descrença nos políticos e nas instituições do que propriamente indulgência. Caberá a nós, nessa caminhada, despertar a indignação para que as instituições democráticas não se percam com a reeleição daqueles que levaram a política e a administração a tanta conivência com o roubo. Roubar é crime, e é preciso punir e banir da vida pública esses criminosos.

O Brasil tem nestas eleições a oportunidade de reatar os fios da esperança no futuro de progresso, justiça e dignidade desejado por seu povo. Nossa participação nas transformações políticas, sociais e econômicas desde a conquista da democracia nos credencia a oferecer a alternativa que o país espera e merece para reconectar estabilidade com crescimento, justiça social com competência, democracia com compostura, esperança com mudança. Com Geraldo Alckmin começamos a arrancada para colocar esses valores no comando da República, pondo fim ao espetáculo da retórica vazia, falta de rumo, incompetência, aparelhismo e corrupção que hoje cansa e envergonha os brasileiros.

Uma agenda incompleta de mudanças

Um balanço dos últimos vinte anos mostra que o Brasil mudou. E mudou para melhor. A democracia se enraizou nas instituições e na consciência das cidadãs e cidadãos. O Plano Real inaugurou uma era de estabilidade duradoura, virando a página dos "pacotes" econômicos desastrosos e inflação galopante. A integração ao mundo avançou sem os efeitos que muitos temiam à nossa soberania e à nossa economia. Milhões de brasileiros, antes espoliados pela superinflação, passaram a se alimentar melhor e tiveram pela primeira vez acesso sustentado a bens de consumo duráveis. Os indicadores sociais apontam uma diminuição significativa da pobreza e da própria desigualdade desde a década de 90. Além do efeito positivo da estabilidade econômica, esses resultados refletem avanços importantes nas políticas públicas, com a ampliação do acesso à

previdência e a universalização do acesso à educação fundamental e à rede básica de saúde e com os programas de transferência de renda criados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em que pese o saldo favorável, no país ainda coexistem forças sociais e políticas progressistas com estruturas anacrônicas que resistem à mudança. Da década de 1990 arrastamos reformas incompletas, como as dos sistemas tributário, trabalhista e sindical. No fim do governo FHC a atualização das políticas públicas estava em marcha acelerada, mas tinha um longo caminho pela frente; a modernização de algumas áreas do Estado, em particular da Justiça, precisava ganhar impulso; a reconstrução da infra-estrutura para o desenvolvimento havia sido apenas iniciada; as agendas para uma revolução na área da educação e da inovação tecnológica estavam definidas e em fase acelerada de execução. Ainda que o ritmo tenha sido lento para a intensidade e a urgência das necessidades do país, o que fizemos estava e está no rumo certo.

A verdade é que em 2002 o novo governo recebeu como herança uma agenda de desenvolvimento consistente e um país pronto para crescer. Amaldiçoou-a, desviou-se do rumo, mas vive dela até hoje.

O PSDB tinha e tem uma proposta para mudar o foco da política econômica da estabilização para a aceleração do crescimento. Os que ganharam as eleições eram críticos implacáveis dessa política, mas não souberam mudá-la. Em vez disso, adotaram a cartilha da estabilidade de maneira rígida e atabalhoada, como cristãos novos lutando com leões de sua própria criação. Assim apertam mais e mais o garrote dos impostos e dos juros no pescoço da economia, desperdiçando a oportunidade de crescimento que lhes caiu no colo graças às reformas que promovemos e à conjuntura externa excepcionalmente favorável.

Lamentavelmente os erros, as omissões e as frustrações acumulados desde então pelos que nos sucederam no governo põem em xeque o balanço favorável do passado recente e a própria esperança de dias melhores. O retrato do Brasil em 2006 mostra um país cujo crescimento médio patina abaixo dos 3%, muito inferior à média mundial e mesmo da América Latina, insuficiente para sustentar uma expansão significativa do emprego e da renda. Estímulos de política inconsistentes, desde a expansão eleitoreira do gasto público até a sustentação de um câmbio sobrevalorizado, vendem a ilusão de bem-estar imediato ao preço de desequilíbrios que apresentarão sua fatura já a partir do próximo ano. O atraso dos investimentos em infra-estrutura de transportes e energia compromete a competitividade e o potencial de crescimento da economia. O peso dos impostos, da burocracia estatal e dos juros sufoca a produção e empurra empresários e trabalhadores para a informalidade. Mais de 50 milhões de brasileiros, ou 52% da população economicamente ativa, estão desempregados ou subempregados. O desemprego aberto continua acima de 10%.

A qualidade do ensino afasta precocemente da escola milhões de jovens e barra o acesso de outros tantos a bons empregos. Na periferia das grandes cidades, a violência endêmica agrava as condições de vida já duramente marcadas pelo desemprego e pelos déficits de

educação, saneamento, habitação, transporte coletivo. O crime organizado enriquece com a complacência no combate ao tráfico de drogas e armas, desafia o poder do Estado e espalha medo na sociedade.

Um governo de inação e retrocesso

A conversão inesperada dos adversários das nossas reformas teve conseqüências pouco mais que retóricas. A emenda constitucional de reforma da previdência aprovada em 2003 não foi regulamentada até hoje. Propostas tímidas e mal concebidas no campo tributário serviram de pretexto para aumentar ainda mais a carga dos impostos. A regulamentação de parcerias público-privadas para obras de infra-estrutura não rendeu sequer um único projeto no plano federal. Enquanto isso, o viés estatizante – centralizador do governo e suas investidas contra a independência das agências reguladoras afastam investimentos privados e freiam a expansão da infra-estrutura, principalmente no setor elétrico.

Nas políticas sociais, pior do que a perda do impulso de mudanças, há claros sinais de retrocesso. Depois do fiasco de um suposto programa de combate à fome, equivocado no diagnóstico e nas prescrições e incompetente na execução, o carro-chefe da propaganda oficial é apenas a consolidação com alguma expansão, sob novo nome, dos programas de transferência de renda do governo FHC. O quadro geral é desanimador: descontinuidade administrativa e perda de foco das prioridades; degradação dos processos de avaliação e controle social; descumprimento dos mínimos constitucionais de gasto na saúde; propostas inconsistentes de financiamento do ensino médio e superior, criando dúvidas sobre a manutenção e expansão necessária dos recursos para o ensino fundamental.

Mas nada se compara à tragédia política protagonizada no governo por aqueles que na oposição se arrogavam o monopólio das virtudes republicanas: o aparelhamento da máquina do Executivo por militantes sem qualificação técnica nem noção de limites éticos para separar o interesse público do projeto de poder de seu partido; no lugar da negociação aberta em torno de propostas para o país, a adulteração do processo legislativo pela corrupção ativa e desenvolta de membros do Congresso Nacional; desvio sistemático de dinheiro público e extorsão de grupos privados para financiar o partido do governo e seus aliados; enfim, tudo o que o procurador-geral da República enquadrou e denunciou como delitos de uma "sofisticada organização criminosa" comandada do Palácio do Planalto sob os olhos cegos ou cúmplices do presidente da República.

De volta ao futuro: o sonho da democracia com desenvolvimento

Encaramos o desafio de reverter esse quadro com confiança na juventude, na seriedade e na competência comprovada de nosso candidato, Geraldo Alckmin, confiante no apoio dos companheiros e de todas as forças interessadas no progresso no espírito de luta de todos nós que o apoiamos e, acima de tudo, na capacidade do país de superar obstáculos na busca do seu desenvolvimento. Mas o encaramos, sobretudo com humildade, sabendo que o que se espera de nós não é só a crítica e rejeição ao passado, manteremos todas as soluções já testadas e que se mostraram válidas para promover o desenvolvimento do país.

Não nos assombra o sentimento de haver "sonhado o sonho errado", como alguns de nossos adversários. Hoje como no dia em que fundamos o PSDB, o que nos move é a fé na democracia e a determinação de fazer desse valor o caminho para a superação efetiva dos problemas do nosso país, começando pelo maior de todos os problemas que é a chaga da desigualdade.

Brasileiros com orgulho, encaramos o mundo sem medo de seus contrastes e perigos. Uma nação com as nossas dimensões geográfica, demográfica, cultural e econômica não cabe no papel de vítima ressentida da globalização. A vocação do Brasil é abrir, não fechar, o leque da sua presença internacional, apostando na capacidade da sua gente de inovar e influenciar tanto quanto de enfrentar competição e assimilar influências.

Não temos um passado de privilégios a conservar – ao contrário, lutamos para abolir os privilégios e injustiças seculares da sociedade. Tampouco nos apegamos a visões do futuro arquivadas pela história, como as viúvas do estatismo e da simbologia revolucionária do século passado. Por isso encaramos sem saudosismo, mas com confiança, as atribuições da mudança real do Brasil e do mundo.

Críticos tanto do estatismo quanto do fundamentalismo de mercado, reconhecemos as funções do Estado enquanto regulador e estimulador da atividade econômica e promotor da justiça social. A livre empresa deve ser o motor do crescimento e da inovação.

A capacidade de enxergar à frente para chegar mais longe tem sido uma marca da social-democracia brasileira. É hora de exercitá-la mais uma vez, com Geraldo Alckmin.

É hora de dar adeus ao governo Lula com seus discursos vazios, viagens perdulárias e promessas falsas. É hora de deixarmos de ser expectadores de oportunidades perdidas e saltarmos com energia e determinação para agarrá-las. É hora de parar de olhar para trás. Temos que voltar os olhos para o país que podemos construir com mudanças consistentes na forma de governar. É hora de encarar os problemas do presente com o olhar no futuro e assim apressar sua chegada. É mais do que hora de mudar a economia porque a nossa ficou pequena dentro do mundo e até mesmo no continente.

O futuro já está presente: são os milhões de crianças que já nasceram, as que estão sendo geradas e as muitas que se somarão a elas nos próximos anos. É para elas que devemos voltar nossa energia, nossas políticas e nossas esperanças. Essa é a linha de força de nosso programa: educar as crianças e os jovens para que possam ter empregos melhores, com maior remuneração. E que as crianças, enquanto não atingirem a idade escolar, tenham na família e nas instituições públicas de apoio (as creches, a rede pré-escolar, os postos de saúde) o atendimento indispensável para que nos possamos considerar um país desenvolvido e uma nação moderna. Educação e oportunidades são as chaves para nosso desenvolvimento.

É para melhor atender às famílias, às mães e às crianças principalmente, que precisamos de mais ímpeto e eficiência na gestão da educação e da saúde.

Continuaremos e ampliaremos os programas de proteção social, como as bolsas. São criaturas do PSDB. Todavia não queremos condenar as famílias eternamente à ajuda do governo: é preciso devolver às famílias a dignidade do trabalho. Só com mais crescimento econômico e com crescimento de melhor qualidade criaremos oportunidades de trabalho para os desempregados ou para aqueles que vivem na informalidade.

De um lado, não descuidaremos do vasto campo brasileiro, fonte de riqueza, emprego, renda e interiorização do desenvolvimento. O agronegócio precisa e será fortalecido, não apenas para produzir alimentos para o mercado doméstico e mundial como também para gerar a energia do futuro, limpa e renovável, que aos poucos substituirá o petróleo e seus derivados. No passado criamos o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, e no futuro não descuidaremos dos milhões de pequenos agricultores, responsáveis pelo povoamento do meio rural, ocupação das fronteiras, geração e distribuição de renda. Tampouco descuidaremos da reforma agrária. Mas ela será feita nos marcos de uma política pública orientada para aumentar a produtividade do trabalho e dar a quem trabalha no campo a remuneração condigna, e não sob o acicate de pressões que desvelam para a violência e desrespeito às instituições democráticas. Para isso precisamos de menos demagogia, que aumenta o número das famílias acampadas, e de mais planejamento e eficiência na execução das políticas de terras.

Por outro lado, as cidades _pequenas, médias e principalmente as metrópoles_, onde se concentra a maioria da população brasileira, apresentam todo tipo de deficiência que reduz a qualidade de vida e os direitos dos cidadãos. Falta saneamento, o problema habitacional só faz crescer e os transportes públicos claudicam por falta de estímulos para os investimentos. O descalabro da falta de segurança é o exemplo mais alarmante da deterioração das condições de vida nas cidades. Não há pai ou mãe, pobre, remediado ou rico, que deixe de temer por seus filhos quando saem de casa para ir à escola ou a uma festa. E mesmo quando estão dentro de casa, em certos bairros da cidade, das periferias ou nas favelas, podem ser atingidos por uma bala perdida. Já nem falamos da segurança em geral como pré-requisito da vida cidadã: o medo e a falta de segurança pública se tornaram o pão nosso de cada dia até para as crianças. Isso é inaceitável. Assim como também é impossível construir um país moderno quando a sociedade é corroída pela droga e pela utilização de crianças no tráfico, sob o olhar impotente, quando não cúmplice, de partes do aparelho repressivo e mesmo do Judiciário.

É pensando no futuro, nas crianças e nos jovens, que propomos essa plataforma. Nela, as reformas, a começar pela do Estado (que inclui a reforma eleitoral, a extensão da reforma do Judiciário e o enxugamento da gordura clientelista da máquina administrativa) não se colocam como um imperativo “do mercado”, mas das pessoas, da família, da sociedade. Para termos uma vida melhor e mais decente é que precisamos de crescimento econômico e este requer reformas, entre as quais a reconstrução das agências reguladoras, que trarão mais investimentos de infra-estrutura.

Em resumo, o nosso candidato Geraldo Alckmin se compromete e dá como fiança sua vida pessoal e de homem público a:

- Estabelecer a compostura na vida pública, ser intransigente no uso do dinheiro público e na punição dos que dessa conduta se desviarem, afastando a demagogia enganadora do Presidente e do partido atualmente no poder, que só falavam em ética e nada melhor fizeram que descumpri-la;
- Direcionar todos os instrumentos e esforços do governo federal para a promoção do crescimento econômico com redução das desigualdades regionais; assegurar um ambiente institucional adequado para estimular investimentos, despertar a criatividade, inovação e empreendedorismo, gerar oportunidades e empregos para toda a gente brasileira;
- Orientar todas as ações de governo tendo como propósito construir o futuro que já está presente nas nossas casas, escolas e ruas, encarnado em nossas crianças e jovens, valorizando a educação como base para um futuro melhor para as crianças e os jovens, sem esquecer que na sociedade contemporânea os indivíduos não podem parar de aprender, e que por isto a escola deve ser revisitada em todas as idades;
- Não esquecer que a segurança pública deixou de ser uma questão restrita à polícia e aos governos estaduais visando garantir o patrimônio e as pessoas, para ser um imperativo de todos. Se quisermos construir uma nação livre, democrática e moderna e mesmo se quisermos continuar falando em vida associativa, teremos que elevar a questão da segurança à condição de prioridade nacional a ser enfrentada por todos os níveis de governo e da sociedade organizada;
- Ampliar o acesso ao sistema de saúde, melhorar a qualidade dos serviços prestados à população e humanizar o atendimento, lembrando que a saúde tem impacto direto na qualidade de vida da criança, jovem, adulto e idoso;
- Garantir eficiência na gestão e promover a inovação nas práticas de governo e da economia, lembrando que sem eficiência nosso sonho de um futuro melhor se esvazia na grandiloquência dos discursos, enquanto nossos competidores de outros países, mesmo com condições piores do que as nossas, avançam.

Não podemos nos consolar com comparações entre o presente e o passado, descuidando da rota do amanhã, que deve ser nossa obsessão. É com consciência do porte dos desafios a serem enfrentados, com a humildade de quem conhece a história, mas também com muita confiança em nossa capacidade e no discernimento dos eleitores que nos lançamos à campanha eleitoral com enorme vontade de vencer.

Mais crescimento econômico com mais oportunidades

O atual Presidente recebeu um país com a estrutura produtiva renovada e pronta para dar um salto qualitativo rumo ao futuro. Ainda que o setor privado e a sociedade sejam capazes de sobreviver e se superar diante dos desacertos do governo nestes quatro anos, eles têm custos elevados: crescimento medíocre e a paralisação do processo de reconstrução institucional do país.

Em comparação com os demais países da América Latina, em 2005 o Brasil só cresceu mais do que o Haiti. Nossa fatia na soma do que se produz na América do Sul, que era de 56% em 2002, terá encolhido para 47% em 2007, segundo projeções de organismos internacionais. Não há discurso, propaganda ou desculpa que possa esconder esta constatação: o Brasil de Lula ficou para trás. Apequenou-se mesmo em relação aos nossos vizinhos, cujas economias sempre enfrentaram muito mais dificuldades do que a nossa e que estão longe de contar com o nosso potencial para crescer e se desenvolver.

Mas os números não revelam o pior. Em tudo que se refere às mudanças estruturais que definem suas perspectivas de desenvolvimento futuro, a verdade é que o Brasil está parado há quatro anos. Não houve nenhum progresso na construção de instituições que protejam o cidadão da irresponsabilidade fiscal dos governantes. Regredimos na consolidação de um marco legal regulatório necessário para estimular investimentos e ao mesmo tempo assegurar os direitos dos cidadãos. Estamos totalmente parados no que se refere aos mecanismos de controle dos resultados das políticas públicas, em especial as políticas sociais. Tampouco avançamos na construção de infra-estrutura para o desenvolvimento, seja física seja social.

É inaceitável assistir aos atuais governantes comemorarem taxas de crescimento que nos colocam entre os últimos dos últimos no mundo. É ainda menos aceitável vê-los hipotecar o futuro do país quando, apesar do que fizeram e deixaram de fazer, o Brasil ainda reúne condições excepcionalmente favoráveis para crescer. Além dos recursos naturais exaltados em prosa e verso, contamos com uma base produtiva de porte, complexa e, mais importante que tudo, com um povo empreendedor, inovador, que não foge ao trabalho nem teme os grandes desafios.

Queremos e podemos crescer sem medo do futuro. Crescer para gerar emprego e qualidade de vida para nossa gente. Crescer distribuindo renda para incluir com dignidade os mais pobres. Crescer sustentadamente para assumir um papel afirmativo no cenário internacional. Este é o clamor da sociedade brasileira hoje. Esta será a obsessão de nosso governo amanhã.

Sabemos o que precisa ser feito e sabemos como fazê-lo. Tudo começa com trabalho, seriedade e competência, sem discursos vazios nem mistificação.

Os desafios são inúmeros, mas o crescimento econômico se faz com investimentos. Investir na pessoa humana e em infra-estrutura é o fio da meada que Geraldo Alckmin vai puxar com firme e decidido apoio estatal, seja com fomento e crédito aos projetos

privados, seja realizando diretamente obras seja em parceria com o setor privado. Há amplo espaço, interesse e recursos na sociedade para investir em estradas, ferrovias, portos, energia, comunicações, habitação e saneamento. Todos os segmentos da sociedade serão mobilizados, do pequeno ao grande produtor rural, do pequeno ao grande comerciante e industrial, da pequena à grande empresa do ramo de serviços. O Brasil não pode, e nem deve, discriminar e prejudicar, com base em preconceitos ideológicos vazios, empreendedores cujo único pecado é ter tido sucesso. Desenvolvimento se faz com soma, e não dispersão de energia e esforços. Também não faltarão recursos para melhorar a educação e incentivos para investir em ciência, tecnologia e inovações.

Gerenciar o crescimento com inclusão social será nossa tarefa. O governo do PSDB vai traçar metas, mobilizar meios e definir os responsáveis. Vamos propor, negociar e aprovar no Congresso Nacional um novo ciclo de reformas institucionais. Vamos trabalhar como uma federação brasileira em que as parcerias começam com governos estaduais e prefeituras, independente do partido de quem as comande. Um governo sério, competente e, sobretudo, ativo na busca do aumento da produção e do emprego. O crescimento não vem por combustão espontânea, nem pode ser limitado ao acaso da sorte de que sobre alguma fagulha da expansão mundial acelerada. Assim, o Brasil ficou pequeno. Teremos uma Política Econômica maiúscula para o Brasil voltar a ser grande.

Menos imposto, mais investimento

Os maiores entraves imediatos ao crescimento econômico são conhecidos: carga tributária demais, investimentos de menos e um Estado ineficiente no cumprimento de suas funções básicas, da provisão de estabilidade institucional à educação e segurança pública.

A elevadíssima carga tributária seria por si só um problema para o crescimento do país. Torna-se um obstáculo quase intransponível quando associada à baixíssima capacidade de investimento em infra-estrutura, à ineficiência do setor público como provedor de saúde, educação, segurança e justiça e aos pesadíssimos compromissos assumidos no passado com a previdência social.

A incompetência e corrupção do atual governo agravaram as dificuldades estruturais do Estado brasileiro para projetar, induzir e fomentar os investimentos públicos e privados necessários para sustentar o crescimento. A instabilidade institucional provocada pelas intervenções do governo nas agências reguladoras e a leniência em fazer cumprir a lei espantam investimentos de empresas brasileiras e estrangeiras.

Os diversos desafios estão interligados. Uma gestão eficiente do setor público na provisão dos serviços abrirá espaço orçamentário para redução de carga tributária e elevação dos investimentos; a elevação dos investimentos produzirá aumento de renda e assim por diante.

É indispensável redirecionar os gastos públicos para privilegiar os investimentos. Uma sinalização importante da nossa determinação de proceder a esse redirecionamento será extinguir, no mínimo, o mesmo número de ministérios e de órgãos que foram criados

pelo atual governo sem outra justificativa senão acomodar seus correligionários, notadamente candidatos derrotados nas eleições de 2002 e 2004.

Não é preciso traumatizar o país com reformas abruptas e irrefletidas. É suficiente, para começar, atribuir racionalidade ao sistema tributário e principalmente ao gasto público. Neste sentido, é necessário extinguir muitas contribuições e impostos e criar um sistema tributário simples para desburocratizar, reduzir custos e facilitar a vida das empresas. O Estado de São Paulo, na gestão de Geraldo Alckmin, conseguiu reduzir as alíquotas do ICMS sem perder receita total. Vamos estender essa experiência bem sucedida aos tributos federais, como primeiro passo para uma redução significativa da carga tributária.

Na outra ponta, é preciso cortar gastos irrelevantes, reduzir o peso da máquina pública inútil, definir prioridades na alocação dos recursos, fazer render o dinheiro da sociedade. E à medida que o gasto for racionalizado, o ônus tributário será reduzido, contribuindo para estimular ainda mais o crescimento, abrindo espaço para mais investimento e mais crescimento.

Um novo Estado desenvolvimentista

Mais que reformar, é preciso reinventar o Estado brasileiro em todo seu conceito. O setor privado já demonstrou seu dinamismo. Um novo Estado brasileiro desenvolvimentista, que terá como prioridade a promoção do crescimento sustentável com inclusão social e redução das desigualdades regionais, não pode despender energia e recursos fazendo o que o setor privado pode e tem condições de fazer. Por isto o Estado moderno não pode, sob nenhum pretexto, ser um obstáculo para a ação socialmente responsável do setor privado. Vamos definir marcos regulatórios apropriados, que estimulem os investimentos e ao mesmo tempo modulem o comportamento e decisões do setor privado às regras de convivência desejadas e aceitas pela sociedade.

Em nossa concepção, crescimento e desenvolvimento são irmãos siameses que caminham juntos, um estimulando o outro. As carências e desafios são proporcionais ao tamanho do país, e o Estado deve estimular o setor privado a expandir os investimentos, diretamente ou via parceria, particularmente na área crítica de infra-estrutura. Para tanto, vamos retomar o projeto das agências reguladoras, reparar os danos infringidos nos últimos anos, restabelecer sua credibilidade e fortalecê-las para que possam cumprir seu duplo papel, de orientar e estimular investimentos e ao mesmo tempo proteger os interesses diretos dos cidadãos.

Um governo com visão desenvolvimentista não pode se limitar a colher o que foi plantado pelos antecessores. Pensar o futuro implica em alavancar investimentos para romper o estrangulamento nas áreas chave de infra-estrutura: da energia ao transporte, da saúde à educação.

O Estado brasileiro não pode se limitar ao papel – essencial e estratégico – de regulador. Estimular o crescimento pressupõe mobilizar energias, somar esforços e dividir competências e responsabilidades. Entre o setor público e privado e, no interior do setor público, entre Governo Federal, Estados e Municípios. Os serviços e as ações que os

municípios, e depois os estados, puderem executar, a eles serão transferidas, junto com recursos, de modo que o governo federal se concentre no planejamento, na coordenação nacional e fomento de ações de desenvolvimento.

Crescer reduzindo as desigualdades regionais

Uma das facetas do Brasil velho, que precisa ser superada, é a disparidade entre as regiões. Ainda hoje o Centro-Oeste, Nordeste e Norte apresentam indicadores econômicos e sociais substancialmente inferiores à média do Brasil. Se erramos no passado por entender que a desigualdade regional poderia ser reduzida apenas com incentivos aos investimentos privados, o governo hoje também erra ao imaginar que desigualdade regional se combate com a simples distribuição de bolsas e a recriação dos velhos currais. Também erra ao imaginar que desenvolvimento se faz com inauguração de editais ou de estradas de ferro imaginárias como a trans-nordestina e obras virtuais, numa clara tentativa de iludir a população mais pobre em época de eleição.

É preciso dar um basta nisso tudo. As regiões menos desenvolvidas não podem ser tratadas como mendigos da nação. Todas têm recursos, grande potencial e vantagens econômicas, algumas já evidentes e outras a serem exploradas. O maior obstáculo para a superação das desigualdades regionais não é o fator geográfico, mas sim a falta de visão daqueles que não conseguem ver o potencial competitivo dessas regiões.

Quase 50 anos de experiência de políticas regionais concentradas apenas no fomento ao investimento fixo privado revelam as limitações para superar as desigualdades. Ao lado do estímulo ao investimento privado, promoveremos investimentos em infra-estrutura e no homem, sem o que não há desenvolvimento. É inaceitável que ainda hoje a qualidade da educação de uma criança e o seu acesso à saúde sejam determinados pelo seu local de nascimento. Não podemos aceitar que o local de nascimento continue determinando o futuro de uma criança. Reduzir as desigualdades regionais é antes de tudo acabar com essas diferenças de oportunidades entre as regiões, e o governo Geraldo Alckmin não poupará energia para dar passos gigantescos nesta direção.

Assim, buscaremos que indicadores econômicos e sociais das regiões menos favorecidas caminhem consistentemente na direção dos indicadores de desenvolvimento do Brasil. Esse é um dos principais compromissos de Geraldo Alckmin perante meus companheiros de caminhada e de toda a Nação.

Inovar para se integrar ao mundo

O Brasil não está, e não voltará a estar, isolado do mundo. É inútil reclamar de processos que estão fora do nosso controle, mas que afetam de forma decisiva nosso presente e nosso futuro. Para um país como o nosso, a inserção no mundo não deve e não pode ser tratada como imposição, ou falta de opção. Ao contrário, deve se afirmar como opção soberana, que permite e facilita o melhor aproveitamento de todo o seu potencial. Neste sentido, melhor que protestar, ou retardar o processo, é preparar-se para conviver em um mundo ao mesmo tempo diminuído pelo encurtamento das distâncias e facilidades de comunicações, e ampliado pelas oportunidades proporcionadas pela abertura dos

mercados e pelos processos de transformações tecnológicas que hoje operam em escala global.

Por isso, o governo do PSDB investirá imediata e fortemente na capacitação de nossa gente e de nossas empresas, para conquistar espaço na economia globalizada, para aproveitar e criar oportunidades, seja no mercado doméstico, seja no outro lado do mundo. Estabelecer um ambiente favorável e condições para estimular a criatividade e transformar o conhecimento em inovação à serviço da sociedade é sem dúvida peça central de Geraldo Alckmin para a construção de uma nova sociedade. Mais uma vez nosso olhar se volta para o futuro. É nossa obrigação número um educar e capacitar nossas crianças e jovens para viver e explorar as quase infinitas oportunidades que o engenho humano pode abrir. Sem isto não haverá futuro.

Apoio ao Brasil empreendedor

O brasileiro tem espírito empreendedor. Milhões de micro e pequenos empresários lutam para sobreviver, e dão uma contribuição relevante para a geração de renda, ocupação e emprego, e também para a distribuição de renda. Os pequenos empresários são os mais penalizados pela quase estagnação da economia brasileira nos últimos anos, quando a maioria dos países do mundo crescia; não têm acesso a créditos especiais, pagam as taxas de juros mais elevadas do mundo e têm que enfrentar uma enorme burocracia se quiserem existir formalmente. O resultado desta mistura de impostos elevados e burocracia ineficiente é levar cidadãos honestos à ilegalidade, à informalidade, deixando-os expostos aos eventuais achaques de funcionários desonestos e às penalidades da lei. A informalidade empresarial é uma chaga que mina a capacidade empresarial; as empresas são pouco competitivas e com elevada taxa de mortalidade.

A informalidade não será resolvida pela repressão fiscal ou policial que, no entanto, deve atuar com vigor no combate às atividades ligadas ao crime. Criaremos um ambiente institucional e legal capaz de atrair os milhões de empreendedores para a economia formal permitindo que trabalhem com tranquilidade e que cresçam gerando emprego e renda. Levaremos a cidadania empresarial aos micro e pequenos empreendedores, desburocratizando, reduzindo encargos, e promovendo o acesso ao crédito e a serviços tecnológicos em geral. Promoveremos também a competitividade dos pequenos negócios. Não é possível que todo o potencial de geração de riqueza e distribuição de renda das micro e pequenas empresas seja desperdiçado pela aplicação de uma política econômica equivocada e da ausência de políticas sérias para estimular o setor.

Meio Ambiente: preservação com eficiência e sem burocracia

Um dos grandes patrimônios do nosso país é sua diversidade e riqueza de recursos naturais. Detemos 13% de toda a água do planeta, o que nos coloca hoje, e no futuro, em enorme vantagem frente a outros países de dimensões continentais. Essa riqueza pode e deve ser explorada de forma sustentável. Não admitiremos que entraves burocráticos possam interferir no nosso crescimento, mas tampouco seremos lenientes ou complacentes com a degradação ambiental, com os desmatamentos e com a poluição de rios ou de mananciais.

O uso equilibrado dos instrumentos de preservação ambiental visando compatibilizar a defesa e proteção dos recursos naturais e do meio ambiente com as iniciativas que levem para o desenvolvimento sustentado. É preciso agilizar os procedimentos de licenciamento ambiental que muitas vezes estão eivados de motivação muito mais ideológica do que embasadas cientificamente. A incerteza para obter uma licença ambiental vem representando um obstáculo, por vezes intransponível, para a realização de inversões indispensáveis e urgentes.

Com responsabilidade, vamos rever os procedimentos e competências dos órgãos afetos ao licenciamento para garantir, por exemplo, a oferta de energia compatível com o programa de desenvolvimento. Sendo a preservação do meio ambiente responsabilidade de toda a sociedade, e das três esferas de governo, vamos buscar a eliminação de zonas cinzentas de atuação de órgãos municipais, estaduais e federais.

Reinventar as cidades

A questão ambiental não se resume às relações do homem com a natureza, mas do homem com o seu ambiente. Melhorar a qualidade de vida nas cidades pressupõe, além de investimentos públicos e privados, enfrentar uma pesada agenda ambiental, que vai da provisão de água, saneamento básico, tratamento de resíduos urbanos e industriais até toxicidade do ar. Neste campo seguiremos promovendo a eficiência energética e o incentivo ao transporte público, em especial nos grandes centros urbanos. Investimentos em saneamento e habitação são essenciais, e para isto é necessário equacionar, com urgência, o impasse regulatório que restringe a participação do setor privado.

É preciso reforçar os mecanismos de governança das regiões metropolitanas para promover ações conjuntas de todos os municípios, governos estaduais e federal para o enfrentamento de problemas, da violência, pobreza, transporte urbano ao saneamento e provisão de água, que são maiores do que a capacidade de cada um isoladamente.

Política Externa para uma Integração Soberana

Política externa é cada vez mais relevante para o desenvolvimento de um país como o Brasil. Temos muito a contribuir para o aprimoramento das instituições globais, da mesma maneira que podemos nos beneficiar com a integração soberana ao mundo global. É preciso – e o faremos - substituir a retórica vazia por resultados concretos, em consonância com os interesses do Brasil.

Desastre é um adjetivo leve para caracterizar a política externa do governo lula. Qual o resultado da campanha para o combate à fome em escala mundial? Nenhum. Pior do que isto, por falta de capacidade para formular um projeto próprio, a iniciativa brasileira se tornou caudatária das propostas inglesa e francesa.

Qual o resultado das campanhas para cargos em organismos internacionais, na busca de afirmação de uma suposta liderança brasileira? Também nenhum. Pior do que isto,

trouxeram a perda de credibilidade da diplomacia, pelas derrotas na campanha para uma vaga no Conselho de Segurança, para a diretoria na OMC ou a presidência do BID.

Qual o resultado do ativismo comercial brasileiro? Mais uma vez nenhum. Pior do que isto, em vez de abrir novos mercados para as exportações, estamos cada vez mais isolados em nossa própria região. Empresas brasileiras são forçadas a investir no exterior, para ganhar acesso a mercados prioritários, que estão fechados ao Brasil. Enquanto o México celebrou mais de 30 entendimentos bilaterais, os Estados Unidos concluíram ou estão em vias de concluir outros tantos, o Brasil completou poucos e modestos acordos. Ou os países são pouco relevantes, ou o universo de produtos é inexpressivo.

O Mercosul, prioridade da política externa brasileira, passa pela crise mais séria, desde a sua criação. Crise de identidade junto com a proliferação de contenciosos comerciais. Não aceitaremos que os rumos do Mercosul venham a ser traçados pelo membro mais recente, que sequer completou sua adesão ao acordo. Não é possível ser leniente com a imposição de barreiras comerciais descabidas. Em vez de mais proteção, o Mercosul precisa de mais competição, mediante a adoção de um cronograma sério para remover as barreiras protecionistas e as muitas exceções e perfurações que tiram credibilidade e previsibilidade ao acordo.

Nas circunstâncias atuais, a criação de uma comunidade sul americana de nações não passa de uma fantasia bem intencionada. Em vez de caminhar em direção à integração, o continente marcha para a fragmentação. A integração só pode ser alcançada mediante um esforço para construir a convergência _em vez de alimentar a divisão_ e pela retomada do programa de integração da infra-estrutura física da América do Sul.

O Brasil se encontra a meio caminho entre pobres e ricos, entre subdesenvolvidos e desenvolvidos. Esta deve ser a ótica da política externa de Geraldo Alckmin. De um lado, devemos à solidariedade e queremos a parceria com nossos irmãos em desenvolvimento; de outro temos interesses e responsabilidades que nos aproximam do mundo desenvolvido, as quais devemos assumir plenamente, sem constrangimento ou demagogia. O reconhecimento de nossa relevância e de nosso papel virão naturalmente. A defesa do multilateralismo, multipolaridade, respeito ao direito internacional e à não intervenção são princípios que sempre nos guiaram e devem continuar a conduzir nossa ação externa.

Educação, saúde e inclusão social

A sociedade brasileira dentro de vinte anos será tão boa quanto a atenção que dermos hoje às nossas crianças. Proteger as crianças mais pobres e garantir a toda saúde e educação de qualidade é a chave da estratégia de desenvolvimento social que nosso governo irá implementar.

O atual Presidente herdou dos antecessores uma rede de proteção social que em 2002 se estendia a 38 milhões de brasileiros: 6,4 milhões de beneficiários da aposentadoria rural; 2,1 milhões da renda mensal vitalícia e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS; 4,7 milhões do seguro-desemprego; 900 mil do seguro-safrá; e 7 milhões de famílias

assistidas pelos programas de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação, somando 25 milhões de pessoas.

O PETI, Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação, criados pelo governo FHC, significaram um salto de qualidade nas políticas sociais, ao estenderem às crianças a proteção antes limitada aos idosos e adultos e combinarem o auxílio em dinheiro com ações de educação e assistência à saúde para ajudar os filhos dos pobres a escapar da armadilha da pobreza.

As transferências de renda associadas à educação, saúde, segurança e oportunidades serão imediatamente retomadas para assegurar a superação da pobreza.

Educação para a cidadania e o desenvolvimento

Para realizar suas aspirações de crescimento econômico e desenvolvimento social, o Brasil precisa fazer da educação uma prioridade de fato e não apenas de discurso. A escola deve ocupar um papel central na vida, não só dos estudantes, mas de suas famílias e da comunidade, articulada com as políticas de trabalho, saúde, segurança, cultura, lazer e assim por diante. Mas, acima de tudo, a escola deve oferecer ensino de boa qualidade, crianças e jovens preparados para lidar com os desafios e oportunidades da sociedade da informação deve ser uma obsessão.

Isso é possível. No governo FHC já conseguimos praticamente universalizar o acesso ao ensino fundamental. O número de alunos que completam o primeiro grau aumentou cerca de 80% e a matrícula no ensino médio regular mais de 70% nesse período. O grande responsável por esse salto foi a criação do Fundo para o Desenvolvimento do Ensino Fundamental – Fundef em 1996.

Mas, em comparação com países desenvolvidos e mesmo com outros países emergentes, os brasileiros adultos ainda têm escolaridade baixa: em média, apenas 6,7 anos de estudo. Isso limita seu acesso a bons empregos e compromete o potencial de desenvolvimento do país como um todo num mundo em que o domínio do conhecimento é o grande diferencial de produtividade.

Os próximos desafios à nossa frente são melhorar a qualidade do ensino público fundamental e universalizar o acesso ao ensino infantil e médio. Isto não é uma promessa. É um compromisso e um imperativo para o Brasil.

Por falta de foco, competência e continuidade administrativa, o atual governo pouco avançou nesse sentido. Três ministros da Educação com prioridades diferentes se sucederam em menos de três anos. Programas importantes herdados do governo anterior e mesmo iniciativas do atual governo foram abandonados sem justificativa plausível. O Fundo para o Desenvolvimento do Ensino Básico – Fundeb, pelo qual se propõe substituir o Fundef e que ampliaria o acesso à educação, ainda não saiu do papel. É preciso não dispersar recursos, para não retroceder nos avanços obtidos com o Fundef; não podemos perder o foco no ensino fundamental, a grande prioridade que permitiu a países como a Coréia do Sul darem um verdadeiro salto de desenvolvimento.

A maioria dos brasileiros, mas não todos, já compreendeu a importância da educação para o seu desenvolvimento pessoal e o de seus filhos. Uma preocupação básica do futuro governo de Geraldo Alckmin deve ser fixar de uma vez por todas na consciência dos cidadãos comuns e dos agentes públicos o valor da educação como ferramenta de desenvolvimento pessoal e nacional ao mesmo tempo.

Isso se faz com ações mais do que palavras.

Antes de mais nada é preciso manter o foco das prioridades. Não importa se através do Fundef ou Fundeb, os recursos federais serão destinados primeiro a melhorar a qualidade do ensino fundamental. Entenda-se: qualificar e remunerar melhor os professores da rede pública; estender progressivamente o turno escolar, começando pelas áreas mais pobres e expostas à violência; completar a informatização das escolas e facilitar o acesso pessoal dos seus professores à internet; abrir as portas das escolas às famílias dos alunos e à comunidade local; melhorar a gestão escolar incorporando processos de avaliação e incentivos focados no aproveitamento dos estudantes.

Em nossa proposta de educação para o desenvolvimento, a expansão do ensino médio visará tanto a formação do cidadão quanto a capacitação do trabalhador. Esta deve responder com flexibilidade às necessidades da economia em rápida transformação e encarar o trabalhador como empreendedor, um agente da inovação, seja na condição de autônomo, empregado ou empregador.

As universidades federais devem ser estimuladas a se engajar crescentemente no desenvolvimento do ensino básico e da capacitação para o trabalho, especialmente via formação e aperfeiçoamento de professores e instrutores.

As parcerias com organizações não governamentais devem ser ampliadas com critério, mas sem preconceito, para suplementar os recursos públicos, especialmente na prestação de assistência sócio-educativa aos alunos da rede pública e em programas de capacitação para o trabalho.

Educação para o mercado

No Brasil o ensino técnico foi principalmente utilizado como meio apenas para o ingresso dos estudantes no ensino superior. Com isso desviou-se de sua missão primordial de formar competência profissional adequada às necessidades dos diferentes mercados de trabalho em constante mutação. As escolas técnicas não podem ser vistas como concorrentes ou substitutas do ensino médio, mas como complementar e voltada para qualificar os jovens e permitir sua inserção ao mercado cada vez mais exigente em termos de capacitação técnica. A experiência de outros países, e de alguns estados brasileiros, confirma que a educação profissional pode criar um círculo virtuoso que permite a inclusão social pelo emprego, e não por programas compensatórios. Para Geraldo Alckmin, educação para o emprego será, de imediato, instrumento prioritário de inclusão social dos jovens, abrindo novas perspectivas e oportunidades de progresso e ascensão profissional e social para aqueles que busquem dar continuidade ao processo educacional.

Saúde de qualidade e para todos

Trataremos a saúde da população com sensibilidade política e competência técnica e gerencial. Ampliaremos o acesso e melhoraremos a qualidade dos serviços de saúde prestados à população. Isso se fará melhorando a gestão, fazendo mais e melhor com cada real gasto. Aprimoraremos a organização do SUS, enfrentando a fragmentação da assistência, definindo claramente o papel de cada nível de gestão. Implantaremos um sistema solidário e cooperativo, investiremos na formação de recursos humanos especializados e investiremos na saúde preventiva.. Reorganizar a política de acesso a medicamentos é componente essencial da proteção e recuperação da saúde.

As diferenças regionais nos indicadores de saúde são alarmantes. É urgente reduzir as desigualdades de assistência, investindo mais nas regiões Norte e Nordeste. Construiremos o sistema de saúde com qualidade e competência gerencial que todos os brasileiros desejam e merecem. E ele será enfrentado por Geraldo Alckmin.

Qualidade, humanização, acolhimento, visão integral, isso tudo depende do compromisso dos profissionais da saúde, que serão valorizados.

Institucionalizar a rede de proteção social

O atual governo juntou três programas pré-existentes e deu-lhe o nome de Bolsa-Família. Estendeu o auxílio em dinheiro a mais 3 milhões de famílias, com grande alarido publicitário, mas relaxou o controle da frequência das crianças à escola e das mães e crianças ao posto de saúde. A bolsa deixou de ser um instrumento de promoção de desenvolvimento humano para ser principalmente um instrumento político eleitoral. Os velhos curras eleitorais, que se pensava em extinção, foram recriados em escala nacional pelo governo do PT. Corrigiremos esta distorção, garantindo a continuidade dos programas, o que na verdade consolida a estratégia de inclusão social configurada no governo FHC. Serão mantidos, aperfeiçoados e institucionalizados. Trata-se de conquistas permanentes da sociedade e não dádivas deste ou daquele governo. Apoiar quem necessita _da infância à velhice_ é obrigação do Estado e não pode ser objeto de populismo político de nenhum governante.

A rede de proteção social representa um avanço importantíssimo mas por si só não responde ao desafio da inclusão. Pobreza não é só falta de renda. É falta de renda e de trabalho, habitação, segurança, educação, saúde e saneamento. Dificilmente a situação de uma família pobre vai melhorar significativamente por receber uma bolsa do governo. Pior ainda, a bolsa não romperá a armadilha da pobreza se as crianças continuarem _como ocorre hoje_ a receber educação de má qualidade, e se não forem criadas _por meio do crescimento econômico_, oportunidades para trabalhar e empreender.

Em resumo, a resposta ao desafio da inclusão social depende, por um lado, de uma sociedade que multiplique oportunidades de trabalhar, empreender e progredir e, por outro lado, da capacidade das pessoas de aproveitar essas oportunidades. A multiplicação das oportunidades depende de um ambiente de crescimento econômico. A capacitação

das pessoas depende de um conjunto articulado de políticas públicas, com muita ênfase na educação desde a primeira infância.

É necessário levar em conta que a pobreza se concentra, cada vez mais, nas regiões metropolitanas, onde o desemprego e a falta de perspectivas empurram os jovens para o desalento e marginalidade. Também é necessário considerar que as desigualdades regionais contribuem fortemente para a reprodução da pobreza e da exclusão. Assim delimitaremos áreas geográficas, construindo indicadores sobre as necessidades básicas insatisfeitas, elaborando políticas e implementando-as de forma articulada. Além de focalizar socialmente, focalizaremos espacialmente, seja em bairros das regiões metropolitanas seja nos bolsões de pobreza nas regiões menos desenvolvidas.

Promover as mulheres e as minorias

Estado a favor e ao lado do cidadão é o Estado capaz de ouvir para atender melhor às demandas da sociedade. Isto é especialmente importante em relação a setores ainda discriminados, como os negros e as mulheres. O governo FHC ampliou a interlocução com esses setores por meio de secretarias no âmbito do Ministério da Justiça, posteriormente vinculadas à Presidência da República. Cumpra a Geraldo Alckmin manter esses canais e fortalecê-los politicamente para que, mais do que satisfação simbólica, possam trazer efetivamente as perspectivas de gênero e de raça para a mesa de decisões sobre políticas públicas nos vários níveis e órgãos do governo.

O desafio da segurança pública

O crime organizado e a violência causada pela desorganização social se misturam e alimentam reciprocamente na paisagem conturbada das nossas metrópoles. Em muitos bairros pobres, o número de vítimas de homicídio – jovens do sexo masculino, na grande maioria – é comparável ao de mortos em zonas de guerra. Quadrilhas cada vez mais audaciosas põem em xeque o controle do poder público sobre certas áreas, submetem os moradores às suas "leis", convertem presídios em quartéis gerais do crime e partem para o confronto direto com as forças de segurança.

O governo federal tem se omitido diante desse quadro. O plano nacional de segurança pública que o atual governo apresentou no começo de 2003 foi abandonado e seus recursos cortados. Os estados, assoberbados pelo crescimento do crime desorganizado, ainda têm que arcar com o ônus maior do combate ao crime organizado, inclusive a custódia de chefes de quadrilha que deveriam estar em penitenciárias federais.

O primeiro passo para enfrentar a crise é cada nível de governo, começando pelo federal, assumir com clareza suas responsabilidades específicas pela segurança pública. Responsabilidade sem tergiversação. O Brasil precisa tanto de educação de qualidade e emprego para seus filhos como de polícia eficiente, justiça rápida e prisões seguras para se defender dos criminosos. Sugerir que uma coisa substituiria a outra é tripudiar sobre a aflição das famílias que sentem falta de ambas.

Os especialistas concordam que, mais do que a severidade da pena, é a certeza da punição que pode desencorajar a prática do crime. O exemplo, bom ou mau, vem de cima. O clima de cinismo e impunidade instaurado pelo atual governo em favor de seus correligionários e aliados é um péssimo exemplo. Geraldo Alckmin vai praticar, em vez disso, a indulgência zero, começando pelos políticos.

Enfrentar o crime organizado

A repressão ao crime organizado, notadamente ao tráfico de drogas e de armas, que cruza as divisas estaduais e as fronteiras nacionais, compete pela Constituição à Polícia Federal. As autoridades federais que oferecem "apoio" episódico aos estados esquecem convenientemente que elas próprias deveriam estar na linha de frente do combate a essa espécie de criminalidade.

O crime desorganizado é localizado e sua prevenção e repressão cabem primordialmente aos estados. Mas são leis federais que estabelecem as regras gerais de organização e funcionamento das polícias civil e militar, da justiça criminal e dos sistemas penitenciários estaduais.

Começando pelo que é urgente, o poder público precisa assumir o controle das prisões que viraram centros de recrutamento e comando do crime organizado. O Governo Federal, com Geraldo Alckmin à frente, vai fazer sua parte: construirá as penitenciárias prometidas e não construídas pelo atual governo; aplicará integralmente os recursos do Fundo Penitenciário Nacional para os estados e apoiará junto ao Congresso as mudanças necessárias na Lei de Execução Penal para cortar a comunicação entre chefes criminosos presos e seus comandados nas ruas.

Fortalecimento das polícias

A Polícia Federal tem mostrado mais êxito contra a corrupção do que contra o tráfico de drogas e armas. É preciso reforçar a inteligência da Polícia Federal e estreitar sua cooperação com outros órgãos federais (Receita, Banco Central, COAF, Abin, Forças Armadas), as polícias estaduais e o Ministério Público. O combate à corrupção será intransigente, mesmo porque é por meio dela que o crime organizado se infiltra no aparelho do Estado.

Tudo isso exige, além recursos humanos e materiais, uma moldura institucional adequada. O capítulo de segurança pública da Constituição prevê duas leis que até hoje não foram aprovadas: uma para definir a competência da Polícia Federal em relação às "infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme"; outra que "disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades". O futuro governo de Geraldo Alckmin dará urgência à elaboração dessas leis, visando criar uma base jurídica sólida para integrar e dar foco às ações dos órgãos federais e estaduais de segurança no combate ao crime organizado.

A competência legislativa da União também pode e deverá ser usada para impulsionar a reforma das polícias estaduais. Um Conselho Nacional de Segurança Pública fortalecido como instância, não meramente consultiva, mas normativa, será mais efetivo em promover a troca de informações e experiências entre os estados e, a partir desse intercâmbio, estabelecer padrões de treinamento, equipamento e operação de suas polícias e das guardas municipais. As leis federais que tratam especificamente da organização das polícias civil e militar serão atualizadas para permitir aos estados avançar na modernização e integração das duas corporações de acordo com suas peculiaridades locais.

Revisão legislativa

Por último, mas não menos importante, o futuro governo Geraldo Alckmin levará adiante a atualização do Código de Processo Penal com vistas a desburocratizar e tornar mais expeditas a investigação e julgamento dos delitos.

O Estado eficiente ao lado e a favor do cidadão

A sociedade brasileira vive um dilema entre presente e futuro, entre crescimento acelerado e sustentável com distribuição de renda e o baixo crescimento de hoje, reconhecidamente insuficiente para resolver os problemas do país. Esse dilema é resultado da falta de uma resposta consistente às pressões – muitas delas legítimas – sobre o Estado, que ao longo dos últimos anos foram acomodadas pela elevação de gastos correntes, corte dos investimentos públicos e sucessivas elevações de impostos.

É preciso explicitar a gravidade deste dilema e a dificuldade de superá-lo. O Estado brasileiro vive o paradoxo de arrecadar 40% do PIB para financiar seus gastos e ainda assim não ter recursos para atender às demandas – sempre urgentes – da sociedade. A sociedade já não tolera a manutenção do binômio impostos elevados e má aplicação dos recursos públicos. Ainda assim é preciso informar à sociedade que, ao contrário do que se afirma, é sempre possível aumentar a carga fiscal, em particular se à frente do Estado está um governo fiscalmente irresponsável, que utiliza os recursos públicos sem critério e probidade. Mas é nossa obrigação explicitar que essa opção que não é a nossa esmaga o orçamento das empresas e das famílias, inibe e anula o empreendedorismo e as iniciativas privadas e restringe o crescimento e o desenvolvimento sustentável. Não há saída fácil, em especial porque se reconhece a legitimidade das demandas sociais e a importância da presença do Estado para equacioná-las.

Transparência e eficiência

O primeiro passo é mudar os paradigmas da administração pública e promover um verdadeiro choque de gestão no setor público. Precisamos superar os falsos axiomas – “tudo que é público funciona mal e tudo que é privado funciona bem”, ou que o estado deve ser gerido como uma empresa” – e fazer funcionar bem o Estado. A administração federal será reestruturada para adotar mecanismos gerenciais que ao mesmo tempo valorizem cada tostão do recurso público e não travem, sob o falso pretexto de evitar desvios, o funcionamento eficaz da própria máquina e a implementação das políticas.

Burocracia não é antídoto para corrupção e desvios de condutas. Ao contrário, não raramente é aí que se aninham os maus servidores, usando as dificuldades colocadas pela excessiva normatização para atuar de forma escusa.

O Estado não pode continuar funcionando sem um processo orçamentário democrático e transparente, que explicita quem paga a conta e quem se beneficia das políticas públicas. É preciso definir metas realistas, acompanhando sua execução por mecanismos de planejamento e avaliação, cobrando resultados e responsabilizando os gestores pelas suas ações _o que implica valorizar o funcionalismo público e romper, de uma vez por todas, com o carreirismo apoiado no apadrinhamento político.

Quando se trata de gerir a máquina pública é preciso ter como norte: *o estado eficiente a favor e ao lado do cidadão*, para atender aos seus interesses legítimos. A primeira questão que se coloca é com quem o Presidente da República vai contar para cuidar do Estado Brasileiro, e que práticas vão ser adotadas. Ela remete à organização política e administrativa do governo: quantos ministros vão gerir o conjunto das políticas, que alianças vão ser construídas, que parceiros serão escolhidos, dentro e fora do Estado, enfim, quem são os interlocutores que vão dar a cara do governo Geraldo Alckmin.

O que se viu nos últimos tempos é o oposto do que dever ser a gestão republicana. No Poder Executivo, uma verdadeira apropriação do Estado, com inchaço no número de ministérios, muitos ocupados por companheiros ou políticos que não lograram êxito nas eleições; aumento do número de cargos de livre nomeação para acomodar companheiros ou interesses meramente partidários; falta de planejamento, de transparência, de responsabilização – “ninguém sabe, ninguém viu” –, loteamento político e escolha de dirigentes por critério de filiação partidária. No Legislativo, o desastre moral a que o país assistiu e continua assistindo, sob a falsa justificativa de formar e manter maioria a favor do governo.

Fazer mais com menos

Tendo como norte colocar o estado a favor e ao lado do cidadão, vamos adotar como diretriz maior de gestão o *fazer mais com menos*, em tudo e em todas as áreas. De imediato, Geraldo Alckmin assume o compromisso de reduzir drasticamente o número de ministérios e de cargos em comissão, de livre nomeação.

Chega deste Estado bombeiro, que apenas responde, de forma mais ou menos desorganizada, às pressões cotidianas por gastos públicos, sem evitar desperdícios e sem conseguir equacionar os problemas estruturais que travam o crescimento e impedem a construção do futuro. Para isto é necessário restabelecer os processos de planejamento no setor público; formular orçamentos realistas, que representem com clareza as prioridades e deixem de ser objeto de barganha política para liberação e alocação de recursos; trabalhar com transparência, usando as ferramentas de governo eletrônico; prestigiar as carreiras públicas e a meritocracia, investir na capacitação de uma burocracia forte, estável, bem qualificada, treinada e bem paga.

É uma aberração que em pleno século XXI ainda tenhamos que incluir, em uma pauta para nosso futuro governo Geraldo Alckmin, a exigência de gastar bem os recursos do Estado. Gastar bem o dinheiro público não deveria ser um plano de governo, mas sim uma obrigação. Colocar o Estado ao lado e a favor do cidadão não é compatível com gerir mal os recursos pagos pelo cidadão.

Falhas das instituições políticas não podem justificar os desmandos de um governo com o dinheiro público. Mas os desmandos praticados pelos atuais governantes se aproveitaram de brechas existentes nas instituições. A falta de critérios legais de profissionalismo e competência para a ocupação de cargos públicos permitiu o aparelhamento político-partidário da máquina federal. A insuficiência das garantias de acesso à informação sobre atos governamentais acobertou a corrupção na esteira do aparelhamento. Por último, mas não menos importante, as distorções do financiamento de campanhas e do sistema de voto proporcional para a Câmara dos Deputados deixam os partidos e seus representantes vulneráveis aos métodos espúrios de cooptação.

Empenhar-se para corrigir essas falhas, que mais do que um item de programa de governo é uma questão de respeito pelos cidadãos e de compromisso com a democracia.

Sistema eleitoral e democracia

A pedra de toque do aperfeiçoamento das instituições políticas é a reforma do sistema eleitoral. Alternativas como o sistema misto proporcional e distrital, e o sistema proporcional em lista fechada, que em tese fortaleceriam os partidos e tornariam o processo eleitoral mais transparente, esbarram na incompreensão ou desconfiança dos próprios deputados que precisariam aprová-las.

Para romper esse impasse, o futuro governo Geraldo Alckmin estimular o debate na sociedade dessas e outras propostas, tendo em mente que o melhor sistema eleitoral não é o teoricamente ideal, mas um que representantes e representados consigam entender e se sintam estimulados a praticar. E proporá a adoção do voto distrital para vereador em municípios com número de eleitores acima de certo limite a ser definido, como alternativa para melhorar o sistema representativo a partir da base e diminuir as resistências que têm paralisado essa discussão no plano nacional.

Um Judiciário para assegurar direitos e deveres

A Constituição de 1988 e a legislação infraconstitucional garantem muitos direitos. No entanto, nem todos esses direitos estão ao alcance do povo. Muitos direitos perdem-se na burocracia processual, no excesso de recursos e numa estrutura judiciária arcaica, pesada. Na ponta de baixo, é necessário aperfeiçoar os mecanismos que democratizam o acesso do povo ao Poder Judiciário, a começar por uma intensa interiorização dos Juizados Especiais Federais. É preciso fazer com que a Justiça Federal esteja presente no interior brasileiro, coisa que somente ocorre na Região Sul. Essa é uma distorção que deve ser resolvida com investimentos fortes e em parceria com o Poder Judiciário. Na ponta de cima, é preciso fortalecer o Supremo Tribunal Federal como verdadeira Corte

Constitucional, permitindo-lhe resolver de modo rápido e vinculativo os conflitos do interesse de grande parte da população.

Não temos medo de sonhar o sonho social democrata de um país mais condizente com os valores universais da democracia, justiça social e oportunidades para todos com proteção e apoio aos mais fracos. Não temos medo de sonhar com a retomada de um crescimento econômico vigoroso, que gere empregos e oportunidades para a inclusão social digna e a realização pessoal e profissional dos brasileiros e brasileiras em todas as regiões do nosso imenso Brasil. Não temos medo de sonhar com uma sociedade dinâmica, criativa, solidária e segura, onde o espaço público seja das famílias e não dos criminosos. Não temos medo de sonhar com uma sociedade que enfrente, com seriedade, responsabilidade e sucesso, os grandes desafios de ontem, de hoje e do futuro. Não temos medo de sonhar o sonho simples de todas as crianças frequentando escolas de qualidade e de um serviço de saúde humanizado. Não temos medo de sonhar com um Estado que trabalhe a favor e ao lado do cidadão. Não temos medo de sonhar que o Brasil vai finalmente deixar de ser apenas uma promessa para um futuro que nunca chega e trabalhar para construir hoje o futuro que todos desejamos. Sabemos que sonhar apenas não basta e que é possível transformar o sonho em realidade. Sabemos como e com quem fazê-lo: com Geraldo Alckmin Presidente.